

ENCONTRO DE EDUCADORES EM BRASÍLIA

Exposição de Anísio Teixeira

Em 5 de novembro de 1962

(Notas taquigráficas e notas pessoais do autor)

O SR. ANÍSIO TEIXEIRA - Confesso que uma reunião como esta me comove muito mais do que se poderia imaginar. Tinha a impressão que à medida que envelhecesse, diminuísse a minha capacidade emotiva; venho verificando que será talvez o contrário; cada vez me sinto mais sensível ao terrível drama educacional brasileiro.

Peço aos meus colegas um pouco de paciência, porque vou proceder as considerações e observações que desejo fazer, com duas citações, uma delas extremamente remota.

Há 180 anos, o grande historiador inglês, William Gibbon, autor do "Declínio e Queda do Império Romano", encerrava a sua MAGNUM OPUS, levantando uma questão. Esta parte do seu livro deve ter sido escrita em 1785 e publicada em 1787, dois anos antes da Revolução Francesa. E vejam o que William Gibbon, que representava o que de melhor havia no pensamento liberal da Europa, perguntava: poderia a civilização vir jamais a sofrer novamente colapso igual ao do Império Romano? A sua resposta, que ilustra, admiravelmente, o estado do espírito da Europa, naquele tempo, foi a seguinte: "Esta horrível revolução, — a queda do Império Romano — poderá ser útilmente aplicada na proveitosa instrução da era presente. É dever do patriota preferir e promover o interesse exclusivo e de glória do seu país natal, mas um filósofo pode se permitir a liberdade de alargar a sua visão e considerar a Europa como uma grande república, cujos diversos habitantes atingiram quase o mesmo nível de polidez e de cultura. O equilíbrio das forças continuará a flutuar e a prosperidade do nosso próprio reino ou dos reinos vizinhos será, alternadamente, exaltada ou abatida. Mais tais acontecimentos parciais não podem ferir, na essência, o nosso estado geral de felicidade. O sistema de artes, de leis e costumes que tão vantajosamente distingue acima do resto da humanidade o mundo europeu e as suas colônias; as nações selvagens do glóbo são os inimigos comuns das sociedades civilizadas. E podemos indagar, com ansiosa curiosidade, se a Europa está ainda ameaçada de uma repetição das calamidades que vieram outrora ferir de morte as armas e as instituições do Roma. Talvez as mesmas reflexões possam ilustrar a queda daquele poderoso império e explicar as causas prováveis da nossa atual segurança. Os re-

manos viviam na ignorância da extensão do seu porigo e do número dos seus inimigos; além do reino do Danúbio estavam os países do norte da Europa e da Ásia, repletos de tribus de inumeráveis caçadores e de pastores, fortes, vorazes e turbulentos, atrevidos nas armas e impacientes por arrebatam os frutos da indústria. O mundo bárbaro estava agitado pelo fobril impulso da guerra e a paz das Gálias e da Itália era abalada pelas revoluções distantes da China. Os hunos, que fugiam perseguidos pelo inimigo vitorioso, dirigiam sua marcha para o Oeste e a torrente se avolumava com o acréscimo gradual de cativos e desliados. As tribus em fuga, que se rendiam aos hunos, assumiam, por sua vez, o espírito de conquista. A colúnia, sem fim, de bárbaros, carregou, por fim, sobre o Império Romano, com todo o peso acumulado. Se os primeiros foram destruídos, o espaço vazio se enchia imediatamente com novos assaltantes. Tais formidáveis emigrações que já não poderão fruir do Norte. O longo repouso que tem sido imputado à diminuição da população, é a feliz consequência do progresso das artes e da agricultura. Ao invés de umas rudes aldeias, tenuamente dispersas pelas suas florestas e pântanos, a Alemanha apresenta hoje uma cadeia de duas mil e trezentas cidades fortificadas; estabeleceram-se, sucessivamente, os reinos cristãos da Dinamarca, da Suécia e da Polónia. Os mercadores hanseáticos, com os cavaleiros teutônicos, estenderam suas colônias até o golfo do Báltico, até o golfo da Finlândia; do golfo da Finlândia até o Oceano Oriental, a Rússia assume, agora, a forma de um poderoso e civilizado império. O arado, o tear e a forja são introduzidos nas margens do Volga, do Obi e do Lena e as mais ferozes das ordas tártaras aprenderam a temer e a obedecer. O império de Roma estava firmemente estabelecido pela singular e perfeita civilização de seus membros, mas essa união era conseguida à custa da perda da liberdade nacional e do espírito militar. E as províncias, servis e destituídas de vida e movimento, esperavam a sua segurança de governadores e tropas mercenárias, dirigidas por ordens de uma corte distante. A felicidade de centenas de milhões de criaturas humanas, eram os súditos do Império Romano, dependia do mérito pessoal de um ou dois homens, talvez crianças, cujos espíritos eram corrompidos pelo luxo, pelo poder do posse e pela educação. A Europa está hoje dividida — vejam a Europa do Século XVIII — em doze reinos poderosos, embora desiguais; três respeitáveis repúblicas e vários estados menores, embora independentes. As possibilidades de talento entre reis ou ministros estão multiplicadas, no mínimo, pelo número de seus governantes. Um Juliano, Frederico, "O Grande", da Prússia; o Semíramis, Catarina "A Grande", da Rússia pôde reinar no Norte, enquanto Arcados e Honório, Luiz XVI, na França e Carlos III, na Espanha, dormitam de nôvo nos tronos da Casa de Bourbon. Os abusos da tirania são restringidos pela mútua influência do receio e da vergonha; as repúblicas adquiriram ordem e estabilidade; as monarquias embeberam-se dos princípios de liberdade ou, pelo menos, de moderação. E certo senso de honra e de justiça foi intro-

duzido mesmo nas mais defeituosas constituições pelos costumes gerais do tempo. Na paz, o progresso do saber e da indústria é acelerado na emulação de tantos rivais ativos. Na guerra, as feras europeias são exercitadas em competições moderadas e indecisas. Quantos gostariam de voltar a essa época! Que um conquistador selvagem irrompesse dos desertos da Tartária, teria ele de vencer, sucessivamente, os robustos camponeses da Rússia, os numerosos exércitos da Alemanha, os galantes nobres da França e os intrépidos homens livres da Britânia, os quais talvez se unissem numa confederação para a defesa comum. Pudessem os bárbaros, vitoriosos, levar a escravidão e a desolação tão longe quanto o Oceano Atlântico, e dez mil navios transportariam para além de sua perseguição os remanescentes da sociedade civilizada e a Europa reviveria e floresceria no mundo americano que se acha repleto das suas colônias e instituições. O frio, a pobreza e uma vida de perigos e fadigas fortalecem o vigor e a coragem dos bárbaros. Em todos os tempos, eles têm oprimido as nações polidas e pacíficas da China, da Índia, da Pérsia, que negligenciaram, e ainda negligenciam, equilibrar esses poderes naturais com os recursos da arte militar. Os estados guerreiros da antiguidade, a Grécia, a Macedônia, a Roma, educaram uma raça de soldados, exercitaram os seus corpos, disciplinaram a sua coragem, multiplicaram as suas forças por evoluções regulares e converteram o ferro que possuíam em armas fortes e úteis. Mas essa superioridade, insensivelmente decaiu com as suas leis e costumes e a Carta Política de Constantino e seus sucessores armou e instruiu as ruínas do Império o rude valor dos bárbaros mercenários. A arte militar transformou-se com a invenção da pólvora e habilitou o homem a comandar os dois mais poderosos agentes da natureza: o aço e o fogo. A matemática, a química, a mecânica, a arquitetura foram aplicadas ao serviço da guerra e as partes adversárias opõem umas às outras os mais elaborados efeitos de ataque e defesa. Os historiadores podem, indignadamente, observar que os preparativos de um sítio bastariam para a fundação e manutenção de uma nova colônia, de uma florescente colônia. Todavia, como nos poderemos aborrecer pelo fato de constituir a destruição de uma cidade, trabalho de custo e dificuldade? Nem nos devem agradar as circunstâncias que permitem que um povo industrializado seja protegido por aquelas artes que sobrevivem e suprem a decadência da virtude militar. O canhão e as fortificações formam agora uma barreira inexpugnada contra o cavalo tártaro e a Europa está segura, seguríssima, contra qualquer futura irrupção de bárbaros; antes que possam eles conquistar devem cessar de ser bárbaros.

Ele termina, então, este trecho que ora citamos, dizendo que se não bastam estas conjecturas, poderemos ainda consolar-nos com a crença no progresso indefinido da natureza humana e a capacidade de virtude e aperfeiçoamento do homem.

Assim falava, em 1787, um pensador cujo sentimento do passado de tal modo o dominava, que o impedia de ver e sentir o futuro. Creio que podíamos dividir os homens exatamente entre aqueles que assim têm a capacidade de sentir o passado, chegando a não admitir que algo aconteça de diferente do que vinha acontecendo no passado, e os que são capazes de sentir e prever o futuro.

Quando William Gibbon, na sua admirável segurança, imaginar que jamais outra invasão de bárbaros poderia vir a acontecer, dormitava naqueles próprios reinos, felizes e seguros, um outro barbarismo, o barbarismo da pobreza, que, dois anos após, iria ensanguentar a Europa na sua maior revolução. Nada disso podia sentir ou imaginar um dos homens mais inteligentes e cultos da época.

Outros homens são os que têm o sentido do futuro e vêem o que está para acontecer, não o que já aconteceu. O meu maior mestre, John Dewey, recebeu, aos setenta anos de idade, uma grande homenagem, de aniversário. B, no pequenino discurso que fôz, assim se exprimiu: "Nada mais quis ser que um homem de certo modo sensível às coisas em torno de mim". Capaz de certo sentimento — respeito das coisas que estavam passando e iam morrer e das coisas que estavam nascendo e iam crescer. E nesta base prevê certas coisas que iam acontecer no futuro. Ao completar os meus setenta anos, oferecem-me os amigos uma festa de aniversário, em que vêm dar crédito por haver previsto as coisas que iam acontecer e que agora começam a passar".

Dêste modo, reconhecia êle que, embora um profeta para sua época, também as suas idéias iriam passar pelo mesmo declínio e outras iam sucedê-las.

A segunda citação é de um outro, como William Gibbon, também um conservador. Trata-se do professor Geoffrey Barrachough, que embora nada tem de revolucionário, tem uma estranha sensibilidade para o que está acontecendo e o que vai acontecer e, em dezembro de 1960, escreveu uma página que vou procurar resumir:

"Considerando que jamais a educação se defrontou com desafios iguais aos que irá defrontar nestas últimas quatro décadas do nosso século; considerando que as mudanças em curso excedem incomensuravelmente tudo que tenha ocorrido no Renascimento e na época das grandes descobertas e no período posterior à revolução industrial e, se processarão com tal velocidade que todos os processos conhecidos de lenta adaptação da educação às mudanças estão superados, que as mudanças em 1945 e 1960 foram apenas o começo do que está por vir, e já exigiram reajustamentos consideráveis, a questão hoje é: "Como, dentro de curto período que separa a ignorância infantil da ignorância adulta, poderá a Educação enfrentar as explosivas novas dimensões que — se viermos a sobreviver — sente-se que êle não está tão seguro quanto Gibbon — viermos a sobreviver — moldarão as nossas vidas no último quartel do Século XX". Traça, então

o quadro não do mundo pela tecnologia. Dizer isso já seria uma banalidade, mas de um mundo governado pela automação, em que o trabalho humano, sobre que sempre repousou a civilização, mas de que sobre as armas de Gibbon, será uma atividade em declínio, em que o corrente credo de produtividade estará superado e a força decisiva será a eletrônica. Os computadores substituirão o cérebro humano e o pensamento e as decisões, mesmo nos grandes problemas da paz e da guerra, serão resultados dos impulsos elétricos daqueles computadores. Mas, além dessas mudanças, que afetarão a vida quotidiana de cada um de nós, e que ainda não se fizeram óbvias, já estamos todos conscientes da grande revolução demográfica, pela qual a gravitação do mundo passará da dominação da raça branca para a dos povos de cor, inclusive e das populações mistas da América Latina, concluindo com esta afirmação: "A questão tão ansiosamente debatida quinze anos atrás - quero dizer, em 1945 - de saber se iria o mundo cair sob o tacão de União Soviética ou dos Estados Unidos ou se repartido entre as duas superpotências, perdeu o seu sentido. Hoje, por demos ver na linha do horizonte, o surto dos novos centros de força e de influência - Pequim, Nova Delhi, talvez, eventualmente, Brasília, - os quais, na medida em que o século corra para o seu final, estarão operando deslocar Moscou e Washington como Washington e Moscou deslocaram Paris e Londres. Ao mesmo tempo a África e o mundo árabe vêm-se sacudidos por nacionalismos potencialmente tão sequiosos de sangue como os que lançaram a Europa no metting post de 1914. O mundo à nossa frente tem potencialidade que jamais foram vistas - pois não é que o homem logrou afinal consumir o velho sonho de conquistar os céus? - mas apresenta também sub-correntes de violência e irracionalidade mais cruas e apocalípticas do que tudo que mesmo Blake poderia imaginar". Neste mundo explosivo, composto, como sempre, de forças divinas e forças satânicas, se a educação quiser conservar sua missão de força de reajustamento e equilíbrio, terá de livrar-se de todo o passado e abraçar esse mundo novo com ambos os braços".

Trouxe estas duas citações que me parecem profundamente típicas. De um lado, um pensador sensível ao futuro, do outro lado, um pensador sensível só ao passado. Aqui no Brasil, temos muitos William Gibbon, somos, talvez, até uma das pátrias privilegiadas dos Gibbon. Somos muitos, o que nos sentimos seguros e tranquilos, calmamente convencidos de que não temos senão de repetir o que já foi feito, sendo possível fazer, se antes não já o houvermos feito.

Insuceptíveis de prever o que possa acontecer, são sempre tomados de surpresa ante o que vem a acontecer. E, curiosamente, logo que o novo acontece fazem-se conservadores desse novo. Já agora é mais uma tradição que dificilmente há-de mudar. Sejamos contudo razoáveis. Já há muitos entre nós que, sentem o futuro e, como Berrachough, julgam

que temos de esquecer o passado e, abraçar com ambas as mãos o futuro. Pds não é verdade que o país está mudando e mudando aceleradamente? A partir de 1945, fizemos a nossa revolução política. Mas, uma coisa seria levar a efeito essa revolução de métodos políticos, nos sossegos do século XIX, com uma ordem econômica tranqüila e uma sociedade que, embora ao tempo julgada tumultuária, hoje parece-nos acadêmica e requintada como uma edição popular do século XVIII, e outra concretizar, como estamos concretizando, o governo representativo, o voto livre e verdadeiro, em plena efervescência social, com a transformação econômica, a súbita participação de todos nos benefícios da civilização e a eclosão de seções novas, populares e inesperadas, no conjunto de forças em operação na vida do país.

A verdade é que estamos em pleno processo de Integração social, já não bastando a mudança da estrutura política mas impondo-se a mudança de estrutura econômica e da estrutura social. E a essas mudanças terão de suceder as mudanças da estrutura agrária, da estrutura tributária e da estrutura educacional.

Apesar de havermos estabelecido a federação, só muito modestamente demos começo a uma melhor distribuição da renda tributária do país. A responsabilidade de administrar as populações brasileiras está com os municípios e os estados, mas estes pouco recebem para dar cumprimento às suas funções e deveres. A União continua com parcela agigantada da arrecadação total do país, deixando aos Estados e, sobretudo, aos municípios parcelas diminutas. Dêste modo, não foi possível aproveitar-se a descentralização federativa e a nação continua lembrando de antes um império, com suas colônias, do que uma real federação de estados.

Por isto mesmo, é que é de suma importância o fato de termos afinal aprovado a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Esta Lei não é apenas uma lei de educação mas a reforma de base de nossas estruturas educacionais para nos adaptarmos às forças novas que estão integrando e unificando a nação.

O plano, assim, que aqui viemos debater não é propriamente um plano pedagógico, nem um simples plano administrativo — mas um plano político de descentralização e de reconhecimento do estado de integração de nossa sociedade, para o cumprimento de suas tarefas básicas.

Sobretudo é um plano diretor para todos os 22 governos estaduais e mais os 3.300 governos municipais e, em especial, para todo o povo brasileiro dividido entre as lideranças de todos êsses governos. Com efeito, a base de operações para o plano é o município, já que não pode ser o distrito municipal. É ali que está a população a ser convocada para a tarefa de emancipação educacional. A lei de Diretrizes e Bases prevê a chamada da classe de 7 anos, na área do governo municipal. Este é um ponto de contato legal entre o governo do município e o governo estadual, que já não pode ser afastado, e que exigirá um núcleo ad

ministrativo estadual de educação em cada município. Esses dois órgãos - a direção do ensino municipal e a direção, no município, do ensino estadual - vão trabalhar juntos em uma tarefa comum. Depois, o órgão de direção geral da educação estadual e os órgãos da direção federal, por sua vez, só irão encontrar no plano nacional.

A máquina propulsora do plano é, pois, complexa e envolve as três ordens de governo. Por isto mesmo, o plano de educação se terá de fazer por município. Que será esse plano? Em essência um plano de oferta, de oportunidades educacionais crescentes à população do município. As suas etapas seriam as seguintes: um centro de educação em cada vilarejo de menos de 500 habitantes, com uma escola primária, os agentes postais do correio, telefone ou telégrafo, o agente social rural e um comêço de biblioteca; uma escola primária organizada por séries escolares, em todas as localidades de mais de 500 até 1000 habitantes, para dar educação até a quarta série, e constituir-se também um centro social, com biblioteca e sala de reuniões para os adultos; escolas primárias de seis séries em todas as localidades de mais de 1.000 até 2.000 habitantes; centros educacionais, com escolas primárias de 6 anos, escolas, parque e ginásios em todas as cidades de mais de 2.000 até 5.000 habitantes; escola primária de 6 séries, escola parque, ginásios e colégios em todas as cidades de mais de 5.000 habitantes; sistemas escolares completos em todas as capitais. Esse o conjunto do sistema escolar propriamente dito e que oferecerá, em cada povoado, em cada vila, em cada cidade, as oportunidades locais de educação.

O plano se completa com o sistema de bolsas. O sistema de bolsas é o sistema de mérito que se deverá, agora, introduzir sistematicamente em todo o país. Em cada povoado, haverá oportunidade para que uma criança pobre mas excepcionalmente bem dotada para os estudos possa prosseguir seus estudos na cidade vizinha o, depois, na cidade vizinha dessa cidade vizinha o, depois, na capital. E se a capital não tiver ensino superior, na cidade do outro estado. Além das oportunidades locais, pois, a criança excepcionalmente inteligente terá todo o sistema a seu dispor.

Esse será o plano que cada estado organizará, à luz dos planos de cada município. E com esse plano estadual é que o governo do estado se dirigirá ao governo federal para assinar o convênio de cooperação educacional.

E qual será o plano federal? Na realidade um plano de assistência financeira, de assistência técnica e de assistência política, para que se tornem possíveis os planos financeiros de empréstimos para levar avante a tarefa.

Com efeito, será impossível colocar todos os ônus atuais imediatos desse grande plano sobre os ombros dos brasileiros que pagam

impostos em cada ano. Precisamos dividir êsses em cargos por uma série de anos. Daí poder correr a manutenção dos serviços de ensino, com a receita de cada ano, mas os ônus da implantação do sistema, dos vários milhares de terrenos a serem adquiridos para escolas, dos milhões de metros quadrados a construir, das dezenas de milhares de mestres a preparar, deverão correr à conta de empréstimos por 15, 20 e 30 anos. O governo federal terá de ser o fiador d'esses empréstimos nacionais e internacionais.

Os planos de financiamento obedecerão às seguintes normas:

- 1) Os orçamentos serão baseados no custo individual do aluno;
- 2) Êsse custo será calculado pela forma prevista de salário do professor (70%) e despesas materiais de manutenção e administração (20%) e despesas do prédio e sua conservação (10%);
- 3) Os 10% d'esse custo do aluno (municipal e estadual) junto com os 10% do auxílio federal constituirão o fundo para empréstimos, tornando possível a negociação dos mesmos em bases nacionais e internacionais.

Com o plano de construções em operação e ligado a êle, e da expansão de matrículas se articulará o plano de preparo de professores. É indispensável chamar atenção especial para êsse plano. Até hoje pensamos reformar a educação por meio de leis. São elas, sem dúvida, necessárias para tornar possível, a reforma, mas leis não fazem a reforma.

As reformas se fazem pela mudança de estrutura da sociedade - que está em marcha, queiramos ou não queiramos - e pelo preparo e aperfeiçoamento do professor.

Até ontem, preparávamos os professores nas escolas normais, - que foram atingidas pela voragem da expansão do ensino médio. Por outro lado, percebemos, agora que o preparo profissional faz-se melhor, depois de uma boa educação geral e, tanto quanto possível, pela prática, acompanhada de cursos intensivos.

No nível de assistência técnica federal elaborou-se, então, um plano de treinamento e aperfeiçoamento do magistério, mediante a instalação de quarenta centros, dois, no mínimo, por Estado, destinados a formar 16 mil professores por ano e 128 mil nos próximos oito anos.

Assim justificou o Brasil êsse plano em Santiago do Chile: "Todas as reformas e desenvolvimentos - em marcha estão, - entretanto, a depender fundamentalmente da adequada formação dos professores.

Será neste setor que residirá um dos esforços maiores do Ministério da Educação, em sua nova fase, como órgão de propulsão dos vin-

to e um sistema educacionais dos Estados, que a Lei do Diretrizes e Bases veio ampliar aos três níveis do ensino (antes, somente o ensino primário estava sob o controle dos Estados) e como administrador do sistema federal de ordem apenas supletiva.

Ao lado do auxílio financeiro, pelo qual a União buscará restabelecer o equilíbrio entre os contrastes econômicos das diversas regiões do país, cogita-se de ampliar os seus serviços de assistência técnica, dando especial ênfase à preparação do magistério.

Como as chamadas escolas normais e cursos de regentes vêm sendo transformados, cada vez mais, em cursos de nível médio, para o que ocorreu sobretudo a adoção dos ginásios secundários como seu primeiro ciclo, tornasse possível a criação de novas modalidades de formação de magistério, com a instalação de centros de treinamento, destinados aos que tenham concluído os estudos do segundo nível, no primeiro ou segundo ciclo e desejem dedicar-se ao magistério.

Estes centros seriam substancialmente centros de demonstração do ensino, desde o nível do jardim de infância, até a última série do segundo nível, com jardins de infância, escolas primárias e escolas do segundo nível nos quais grupos de estagiários entre 200 e 300 viriam residir como internos, para tratar e estudar as artes do magistério infantil, primário e médio.

Os estudos seriam rigorosamente articulados com essa prática direta do ensino. As escolas - funcionando como hospitais de clínica nas escolas de medicina - existiriam em três modalidades: escolas de demonstração, escolas experimentais e escolas de prática. Dado o volume de professores a preparar e aperfeiçoar, tais escolas devem ter a amplitude necessária para permitir o treino individual. Ao lado das escolas de demonstração e experimentais, que poderão ser razoavelmente pequenas, haverá escolas de prática, com classes em número suficiente para o treinamento individual, aproveitando-se as próprias escolas do sistema escolar vizinho.

Estes Centros deverão, com efeito, ser localizados de preferência, em cidades ou próximos a cidades que ofereçam tais oportunidades.

A criação de 40 desses Centros nos vinte e um Estados brasileiros representaria a cooperação específica do Governo Federal na sua obra de assistência técnica aos Governos dos Estados. Representaria isto, entretanto, tamanho investimento que seria de crer pudessem vir a contar com o auxílio internacional, à maneira de certos tipos de ajuda que tanto o Ponto IV quanto a UNESCO vêm oferecendo em esforços mais modestos, tais como as do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (UNESCO) e o do Centro de Belo Horizonte (PARAZE - Ponto IV).

Já nos referimos anteriormente ao problema do magistério e à extraordinária proporção de mestres desprovidos do preparo pedagógico, tanto na escola primária quanto na escola média.

Nas condições atuais do ensino, entretanto, já não se trata apenas de aumentar o número de professores diplomados pelas atuais escolas normais mas de modificar profundamente estas próprias escolas normais, lançando as bases de um tipo novo de formação do magistério."

Os górmens d'esses centros já se encontram nos Centros de Pesquisas Educacionais instalados em 1955 no Ministério.

Vejamos, em resumo, pois em que consiste o Plano Nacional de Educação, em vias de desenvolver-se:

1. Ataque massivo ao problema da educação de todos os brasileiros, na área de cada município pelo levantamento individual da população a educar;

2. Marcha da educação dos núcleos mais avançados para os mais retardados;

3. Compreensão da chamada educação rural, como educação comum, limitada pelas condições rurais (Em oposição ao conceito romântico de educação rural para a vida rural: o rural vai se fazer rurbano. O Centro rural de educação se poderia chamar: Centro Rurbano);

4. Orçamento da educação baseado no custo do aluno;

5. Sistemas de bolsas, pelo qual o sistema local se ligará ao sistema estadual e ao sistema nacional. As bolsas serão como pontas e permitirão a articulação de todo o sistema - local, estadual e federal;

6. Sistema de preparação e aperfeiçoamento do Magistério, com candidatos possuidores da educação geral ministrada pelos Estados, em Centros Regionais, mantidos, cada Estado, pelo Governo Federal, com residência para 800 bolsistas, recrutados proporcionalmente pelos municípios. Aí se formará a força de trabalho do sistema escolar de cada Estado. O recrutamento dos alunos pelos municípios é fator fundamental d'esse plano. Como tais Centros serão altamente dispendiosos podendo agarrar-se à sombra de Medicina com os respectivos hospitais de Clínica, ficarão ôles a cargo do Governo Federal.

7. Política de auxílio financeiro federal pelo qual se vá gradualmente visando certa equalização de recursos para educação em todos os Estados da Federação Brasileira;

8. Revisão da estrutura educacional para uma educação para a produção e não apenas para o consumo, com a instituição de um sistema contínuo e integrado, no qual estejam superadas tôdas as divisões de passado entre educação geral e especial, humanista e científica, prática e

teórica e se busque em todas as instituições educacionais todos os valores, que apenas se distinguem por ênfases e não por separações;

22. São estes os esclarecimentos que me cabe trazer, no momento em que os educadores brasileiros se reúnem para uma tomada de consciência dessa nova etapa educacional, em que vamos entrando com a Lei de Diretrizes e Bases;

23. Antes de concluir, permitam-se ainda sublinhar a grandza da tarefa:

1. Na evolução da educação entre os países desenvolvidos pede-se perceber, claramente, três períodos:

Séc. XIX - ensino primário para todos;

Séc. XX - a partir da primeira guerra mundial - ensino secundário para todos;

Séc. XX - a partir da segunda guerra mundial - ensino universitário em alta expansão.

2. Cada um desses períodos corresponde a uma reestruturação da educação:

Séc. XIX - educação prática e universal primária e seletiva e técnica para poucos;

Séc. XX - a partir de 1914 - educação universal e prática secundária para todos;

Séc. XX - a partir de 1945 - reestruturação e expansão do ensino superior, pelo reconhecimento da interdependência entre as ciências e a sociedade e a educação como supremo instrumento.

O Brasil tem de realizar as três tarefas nestas próximas décadas do Século XX. É uma corrida entre oas e a sobrevivência. Não estamos reunidos para um debate acadêmico mas para o planejamento de uma batalha. Não há batalhas sem planos. O nosso plano é uma série de decisões sobre a estratégia e a tática dessas batalhas. Possamos fazê-la e vencê-la.